

Economia

“Existem forças demoníacas puxando para baixo o país, não deixando que tenhamos a segurança energética de que precisamos”
EDISON LOBÃO, MINISTRO DA ENERGIA



Documento. Relatório do órgão foi aprovado ontem e encaminhado ao Congresso Nacional

TCU recomenda paralisar seis obras no Espírito Santo

Entre os projetos estão a ampliação do Aeroporto de Vitória e a construção de terminal portuário

RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

■ No relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), aprovado ontem, e encaminhado ao Congresso Nacional, há a recomendação de paralisação de 41 obras das 219 fiscalizadas pelo órgão em 2009, em todo o país. Dessas obras, 13 fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No Espírito Santo, o TCU recomendou a paralisação de seis obras na área de infraestrutura, envolvendo rodovias, terminal portuário e aeroporto.

As 13 obras que fazem parte do PAC, correspondem a investimentos da ordem de R\$ 7,38 bilhões. O número de recomendações de paralisação, caiu em relação a 2008, quando 48 obras integravam a lista do TCU. Este ano, o Tribunal

Números

420 dias

■ É o tempo que as obras do aeroporto estão paralisadas, contando apenas o período da última interrupção.

Relatório vai apontar ponto crítico da BR 101

■ Na próxima semana deverá estar concluído o relatório que apontará os pontos críticos da BR 101 que o governo estadual quer que sejam duplicados com maior velocidade, e os trechos que precisam ter o traçado modificado para melhorar a segurança da rodovia. O relatório será entregue ao diretor da ANTT, Bernardo Figueiredo. As reivindicações do

panhia afirmou que “está prestando todas as informações solicitadas pelo TCU nesse sentido, como sempre o fez e continuará fazendo. O que se verifica nos casos apontados pelo Tribunal são formulações e interpretações divergentes daquelas adotadas pela companhia”. A Petrobras esclareceu também “que vem garantindo o acesso a todas as informações disponíveis e pertinentes ao trabalho dos auditores do Tribunal”.

O projeto de ampliação e modernização do Aeroporto Eurico Salles, em Vitória, é outra obra que está na lista do TCU. A obra está paralisada, faz 14 meses, desde que o ministro da Defesa, Nelson Jobim, determinou à Infraero que fizesse a rescisão do contrato com o consórcio que tocava a obra.

No caso do aeroporto, a recomendação, segundo Caputo, vale para as irregularidades encontradas antes da paralisação da obra e que ainda não foram solucionadas. A recomendação de paralisação, explicou, é um aviso para a Infraero para que



TRANSTORNO. Aeroporto de Vitória já opera acima de sua capacidade de passageiros

GABRIEL LORDÉLLO

do TCU. Este ano, o Tribunal recomendou ainda a retenção de recursos em outras 22 obras, mas sem exigir paralisação, e identificou irregularidades menores em outras 86.

No Espírito Santo, das seis obras com recomendação de paralisação, cinco já estão paradas. A principal é a do Terminal de Gás Liquefeito de Petróleo (TGLP) que está em construção no Porto de Barra do Riacho, em Aracruz, no Litoral Norte. A obra do terminal que vai escoar o gás tratado na unidade Cacimbas, em Linhares, tem a conclusão programada para março do próximo ano. O valor da obra é de R\$ 347,7 milhões.

Segundo o secretário do TCU no Espírito Santo, Ha-

Figueiredo. As irregularidades do Estado entram no pacote de negociação com a ANTT. O governo se compromete a construir o Contorno do Mestre Álvaro, investindo R\$ 100 milhões, e a concessionária antecipa a duplicação da BR de Cachoeiro a João Neiva.

milton Caputo Delfino da Silva, as irregularidades encontradas na obra são graves e podem resultar na sua paralisação. O TCU, explicou que está fazendo audiências com os responsáveis pela obra.

Petrobras, por sua vez, informou não haver irregularidade em suas obras. Em nota, a com-

missão para a Infraero para que não efetue nenhum pagamento ao consórcio quanto for feito o encontro de contas.

O TCU, explicou Caputo, quer a garantia de que sejam cumpridas todas as exigências feitas antes da rescisão do contrato. Ele lembrou que a rescisão contratual não pôs fim às irregularidades encontradas na obra nas vistorias feitas antes da interrupção do contrato.

As outras quatro recomendações de paralisação de obras em rodovias, segundo Caputo, são obras antigas, algumas delas já concluídas. O Dnit, responsável pela gestão dos contratos, já foi avisado das irregularidades e está tomando as providências para a solução das pendências.

Obras com recomendação de paralisação

■ **Norte.** Construção de trechos rodoviários no Corredor Leste / BR 342 até o entroncamento com a BR 101, na região dos municípios de Ecoporanga e Vila Pavão até a divisa com Minas Gerais. Sobrepreço, pagamento de serviços não realizados, alteração indevida do projeto básico.

■ **Acessos.** Adequação de acessos rodoviários do Corredor Leste BR 262, nos acessos a Vitória por Cariacica, no trecho entre os km 10 e km 19,1.

Irregularidades em preços e pagamentos, sobrepreço e superfaturamento.

■ **Sul.** Construção de trechos rodoviários na BR 393, no Estado, no trecho entre Bom Jesus do Norte e Cachoeiro de Itapemirim. Sobrepreço e projeto executivo deficiente ou inexistente.

■ **Restauração.** Restauração de rodovias federais no ES, como a BR 101, entre os km 0,0 e km 149. Sobrepreço e administração

irregular de contratos

■ **TGLP.** Construção de terminal de granéis líquidos no Porto de Barra do Riacho, em Aracruz. O principal fator apontado pelo TCU foi a gestão temerária do empreendimento.

■ **Aeroporto.** Melhoramentos no Aeroporto de Vitória. O TCU recomendou a paralisação por execução e pagamentos de serviços não previstos no contrato.

Governo Lula se queixa de “interesse político” no tribunal

BRASÍLIA

■ Os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) reagiram ontem às críticas feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e por integrantes do governo federal, que os acusaram de paralisar o andamento de obras sem justificativas e movidos apenas por interesses políticos.

Os integrantes do Tribunal aproveitaram a sessão de votação do relatório de fiscalização de obras de 2009 para

saírem em defesa da instituição e rebateram as acusações.

“Não nos interessa a paralisação de obras, mas não podemos deixar que prospere a fraude, o conluio. A paralisação só se dá quando não dá para adotar outro remédio”, afirmou o presidente do tribunal, Ubiratan Aguiar.

“Isso aqui é uma consultoria gratuita e qualificada que se oferece. E não se obriga o gestor a cumprí-la. Agora, se

reduzirem nossas competências ou extinguirem o Tribunal, não serão os ministros os prejudicados. Será toda a sociedade”, disse Aguiar.

Durante a sessão de ontem do TCU, depois que o ministro Aroldo Cedraz apresentou seu relatório com a indicação das obras que apresentam indícios de irregularidades, o ministro Valmir Campelo, ex-senador do Distrito Federal, deu a largada na defesa da instituição. (Agência Estado)

Dilma: “Obra fica mais cara quando tem que ser retomada”

BRASÍLIA

■ A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, minimizou ontem, depois de participar da reunião plena do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, onde falou sobre o pré-sal, os relatórios do TCU.

Para Dilma, indícios de irregularidades não significam, obrigatoriamente, sobrepreço nos contratos. Ela também afirmou que o PAC tem mais de 2 mil obras e que, portanto, supostos problemas em 13 de-

“Quando se fala em indício de irregularidade, não é que houve nenhum malfeito. Indício de irregularidade é que não está batendo o que disseram que ia ser com o que está sendo. Pode ser sobrepreço e pode não ser. É bom ter controle”

DILMA ROUSSEFF

MINISTRA DA CASA CIVIL

las não significa muita coisa.

A ministra criticou a paralisação dos serviços. Ela disse que, muitas vezes, a conclusão das inspeções acaba não encontrando superfaturamento e que, ao parar alguma obra e depois retomá-la, o custo sobe.

“O PAC tem 2 mil e poucas obras. Sempre que o TCU divulga isso, nós vamos, esclarecemos, procuramos saber. Algumas vezes, nós concordamos. Outras, discordamos”, declarou. (Agência Globo)